



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XLV CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA PREAMBULAR

NOME DO CANDIDATO : _____
NÚMERO DE INSCRIÇÃO : _____

INSTRUÇÕES GERAIS

- Este caderno é composto de uma prova objetiva com 100 questões. Verifique se ele está completo e se não possui nenhum problema de impressão, solicitando a substituição, se for o caso.
- Confira a correção dos seus dados pessoais constantes da folha de respostas e, em caso de erros ou dúvidas, consulte um fiscal de sala.
- Responda as questões formuladas, preenchendo a folha de respostas com caneta esferográfica azul ou preta, sem rasurar.
- Não deixe nenhuma questão sem resposta.
- Não utilize qualquer espécie de material para consulta.
- Abstenha-se de fazer perguntas relacionadas ao conteúdo das questões, pois a interpretação destas faz parte da prova.
- O candidato **NÃO PODERÁ LEVAR ESTE CADERNO DE QUESTÕES**, que estará disponível para consulta no site www.mp.rs.gov.
- Não deixe de assinar a folha de respostas e a lista de presenças.
- A prova tem duração de **CINCO horas**.

O **gabarito** da Prova Preambular será publicado no "Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul", no dia **28 de abril de 2009**. Esta prova preambular e o gabarito também estarão disponíveis no site do Ministério Público (www.mp.rs.gov.br).

LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: As questões **01 a 15** referem-se ao texto abaixo.

01. Houve um tempo em que a sorte dos acusados de crimes dependia, entre outros fatores, de
02. sua resistência física. Submetidos a terríveis provas e duelos, declarava-se a absolvição daqueles
03. que se saíam vencedores em tais embates, certamente unguídos com a proteção divina somente
04. outorgada aos inocentes. Nessa época, um só órgão desempenhava as funções de acusar, de
05. defender e de julgar; e de semelhante modelo não poderia resultar esta perversa
06. consequência: com o processo, não se pretendia alcançar a verdade, para condenar os culpados e
07. absolver os inocentes, mas apenas extrair a confissão dos acusados, cujo êxito era
08. empregada, em larga escala, a tortura.
09. Hoje, seguramente pode-se dizer que vivemos sob a égide de sistema mais justo: se "fulano",
10. "beltrano" ou "sicrano" é suspeito de crime, não basta que a polícia, na fase do inquérito, o
11. considere culpado; não é tampouco suficiente que o Ministério Público venha a acusá-lo
12. formalmente do delito; é indispensável que, por sentença definitiva, o juiz o reconheça como tal,
13. após o curso de um processo em que lhe sejam garantidas amplas possibilidades de contraditar as
14. afirmações do órgão acusador. Assim estabelece nossa ordem jurídica, e assim gostaríamos que
15. fosse, caso na "pele" do acusado figurasse qualquer de nós.
16. No entanto, quando a imprensa traz à tona crime brutal que nos choca a todos, em não raras
17. vezes somos levados a equívoco lógico que põe abaixo essa equação: do justificável desejo de
18. que sobre o criminoso recaiam as penas da lei, passamos a imaginar que disso siga, como
19. inferência imediata, a conclusão o respectivo culpado seja necessariamente aquele a quem
20. se imputa o delito. Ignora-se que, à diferença de momentos históricos precedentes, o processo já
21. não serve para "encontrar", a qualquer preço, um culpado: interessa-lhe tanto a punição do autor
22. do crime, quanto a absolvição de quem, acusado, não o praticou.

Adaptado de:

<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=483JDB001>>.

Acesso em: 15 mar. 2009.

01. Assinale a alternativa que preenche corretamente, e de acordo com o sentido do texto, as lacunas das linhas 05, 07 e 19, respectivamente.

- (A) se não – de – em que
- (B) senão – de – que
- (C) se não – de – de que
- (D) senão – para – de que
- (E) senão – para – que

02. Considere as seguintes afirmações sobre a estruturação do texto.

I - O objetivo do primeiro parágrafo é fornecer breve descrição de práticas usadas no passado no Brasil para a obtenção da confissão de acusados de crime.

II - O segundo parágrafo introduz o tema principal do texto, ou seja, as razões pelas quais o autor considera que a prática acusatória é mais justa hoje do que em outros tempos.

III- O terceiro parágrafo adverte-nos sobre a influência negativa que a imprensa pode exercer na formação prematura de juízos categóricos em relação ao acusado.

Quais estão de acordo com o texto?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

03. Considere as afirmações abaixo, referentes a aspectos linguísticos do trecho *Houve um tempo em que a sorte dos acusados de crimes dependia, entre outros fatores, de sua resistência física* (l. 01-02).

I - Neste trecho, o sujeito da oração principal está posposto ao verbo.

II - O segmento *em que* poderia ser substituído por **no qual**, sem prejuízo da correção e do sentido do trecho.

III - Os segmentos *de crimes* e *de sua resistência física* desempenham, no trecho, a mesma função sintática.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II e III.

04. Considere as seguintes propostas de substituição de segmentos do texto, e assinale com **1** aquelas que manteriam o significado do texto e com **2** aquelas que o alterariam.

- () *um tempo* (l. 01) por **aquele momento**.
- () *Nessa época* (l. 04) por **Naquela época**.
- () *Hoje* (l. 09) por **Agora**.
- () *em não raras vezes* (l. 16-17) por **quase sempre**.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) 2 – 1 – 1 – 2.
- (B) 1 – 2 – 1 – 1.
- (C) 2 – 1 – 2 – 2.
- (D) 1 – 1 – 2 – 1.
- (E) 1 – 2 – 2 – 1.

05. Assinale com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) as seguintes afirmações acerca do emprego de vírgulas no texto, conforme estejam ou não corretas.

- () As vírgulas da linha 01 poderiam ser suprimidas sem acarretar erro ou alteração de sentido.
- () A vírgula da linha 02 marca a introdução de uma oração restritiva.
- () O segmento *"fulano", "beltrano" ou "sicrano"* (l. 09-10) poderia ser substituído por *"fulano", ou "beltrano", ou "sicrano"* sem acarretar erro ou alteração de sentido.
- () A vírgula da linha 14 separa orações coordenadas.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – V – F.
- (B) F – F – V – V.
- (C) V – F – F – V.
- (D) F – V – V – F.
- (E) F – V – F – F.

06. Considere as seguintes afirmações sobre regência em segmentos do texto.

I - A substituição de **terríveis provas e duelos** (l. 02) por **prática tirânica** facultaria a inclusão de **uma** antes de **prática**.

II - A substituição de **desempenhava** (l. 04) por **se encarregava** não acarretaria outras mudanças na frase.

III - A substituição de **alcançar** (l. 06) por **chegar** não acarretaria outras mudanças na frase.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

07. Assinale com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) as afirmações abaixo, referentes ao emprego da palavra **se** no texto.

() No segmento **declarava-se** (l. 02), **se** exerce a mesma função que na frase **O réu julgava-se inocente**.

() No segmento **se saíam vencedores** (l. 03), **se** exerce a mesma função que na frase **Se saírem à noite, levem agasalhos**.

() No segmento **não se pretendia** (l. 06), **se** exerce a mesma função que na frase **No processo, devia-se estabelecer a verdade dos fatos**.

() No segmento **se "fulano"** (l. 09), **se** exerce a mesma função que na frase **Não sairemos amanhã, se chover**.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V - F - F - V.
- (B) F - F - V - V.
- (C) F - F - V - F.
- (D) V - V - F - V.
- (E) V - V - V - F.

08. Considere o enunciado abaixo e as três propostas para completá-lo.

Sem prejuízo da correção gramatical e do significado contextual, é possível substituir

1 - **daqueles que** (l. 02-03) por **dos que**.

2 - **não é tampouco suficiente** (l. 11) por **tampouco é suficiente**.

3 - **No entanto** (l. 16) por **Não obstante**.

Quais propostas estão corretas?

- (A) Apenas 1.
- (B) Apenas 2.
- (C) Apenas 3.
- (D) Apenas 1 e 3.
- (E) 1, 2 e 3.

09. Assinale, entre as palavras abaixo, aquela que funciona como núcleo do sujeito da oração em que se encontra.

- (A) **vencedores** (l. 03)
- (B) **inocentes** (l. 07)
- (C) **penas** (l. 18)
- (D) **quem** (l. 19)
- (E) **culpado** (l. 21)

10. Assinale com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) as seguintes afirmações acerca do significado de palavras ou expressões do texto.

- () A substituição de **ungidos** (l. 03) por **abençoados** manteria o sentido da frase.
- () A substituição de **proteção divina** (l. 03) por **proteção de Deus** manteria o sentido da frase.
- () A substituição de **égide** (l. 09) por **bandeira** manteria o sentido da frase.
- () A substituição de **contraditar** (l. 13) por **contestar** manteria o sentido da frase.

A seqüência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – V – F – V.
- (B) V – V – V – F.
- (C) F – V – F – F.
- (D) V – F – F – V.
- (E) F – F – V – V.

11. Considere as seguintes propostas de deslocamento de segmentos do texto, desconsiderando o uso de iniciais minúsculas e maiúsculas.

- 1 - Deslocar **somente** (l. 03) para imediatamente depois de **outorgada** (l. 04).
- 2 - Deslocar **apenas** (l. 07) para imediatamente depois de **confissão** (l. 07).
- 3 - Deslocar **assim** (l. 14) para imediatamente depois de **fosse** (l. 15).

Quais manteriam o significado da frase do texto?

- (A) Apenas 2.
- (B) Apenas 3.
- (C) Apenas 1 e 2.
- (D) Apenas 1 e 3.
- (E) 1, 2 e 3.

12. Considere as seguintes afirmações acerca de vozes verbais utilizadas no texto.

I - O segmento **um só órgão desempenhava as funções de acusar, de defender e de julgar** (l. 04-05) poderia ser reescrito como **as funções de acusar, de defender e de julgar eram desempenhadas por um só órgão**, sem prejuízo do sentido e da correção gramatical.

II - O segmento **um processo em que lhe sejam garantidas amplas possibilidades** (l. 13) poderia ser reescrito corretamente da seguinte forma: **um processo em que se lhe garanta amplas possibilidades**.

III - O segmento **interessa-lhe [...] a punição do autor do crime** (l. 21-22) não admite apassivação.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.

13. Assinale com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) as afirmações abaixo, referentes a aspectos linguísticos de segmentos do texto.

() A conjunção **ou** (l. 10) apresenta valor inclusivo e, por essa razão, a forma verbal (**é**, linha 10) está no singular.

() O segmento **qualquer de nós** (l. 15) poderia ser substituído por **algum de nós**, sem prejuízo da correção e do sentido da frase.

() A locução **à diferença de** (l. 20) poderia ser substituída por **contrariamente a**, sem prejuízo da correção e do sentido da frase.

() A palavra **tanto** (l. 21) poderia ser deslocada para imediatamente antes de **quanto** (l. 22), sem prejuízo da correção da frase.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

(A) V – F – F – V.

(B) F – V – V – V.

(C) F – V – F – F.

(D) V – V – F – F.

(E) V – F – V – V.

14. Considere as seguintes afirmações sobre o uso de formas pronominais no texto.

I - O pronome **o** (l. 10) seria substituído pela forma indireta **lhe**, se a forma verbal **considere** (l. 09) fosse substituída por **julgue**.

II - O segmento **venha a acusá-lo** (l. 11) poderia ser substituído por **lhe acuse**, sem prejuízo da correção e do sentido da frase.

III - O pronome **lhe** (l. 13) poderia ser substituído por **a ele**, sem prejuízo da correção da frase.

Quais estão corretas?

(A) Apenas I.

(B) Apenas II.

(C) Apenas III.

(D) Apenas II e III.

(E) I, II e III.

15. Quando um sufixo se acrescenta a uma base, pode ocorrer mudança da classe gramatical da nova palavra relativamente à base. Nesses casos, diz-se que o sufixo é o responsável pela mudança da classe gramatical da palavra derivada.

Abaixo, no bloco superior, estão listadas três palavras do texto formadas por sufixação; no bloco inferior, quatro tipos de formação de palavras com sufixos, considerando-se as mudanças que os sufixos podem provocar relativamente à classe gramatical da base.

Associe adequadamente o bloco superior ao inferior.

() **possibilidades** (l. 13)

() **justificável** (l. 17)

() **inferência** (l. 19)

1 - adjetivo formado a partir de verbo

2 - adjetivo formado a partir de substantivo

3 - substantivo formado a partir de verbo

4 - substantivo formado a partir de adjetivo

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

(A) 4 – 2 – 3.

(B) 3 – 2 – 4.

(C) 2 – 1 – 2.

(D) 3 – 2 – 1.

(E) 4 – 1 – 3.

Instrução: As questões **16** a **24** referem-se ao texto abaixo.

01. Não vou escrever ab-rupto. De jeito nenhum! Pouco se me dá que o Scliar e o Assis Brasil defendam a reforma ortográfica, ab-rupto não escrevo. ninguém ia entender. Você sabe o que é ab-rupto? O mesmo que o velho abrupto! Por Deus! Ora, ninguém dirá abrupto se ler ab-rupto. O cara não pronuncia o bru. Fala: ab ru., não vou colocar um quebra-molas no meu texto escrevendo ab-rupto. É abrupto. Pronto.
06. Já estava meio irritado com a língua sem trema, no dia em que descobri esse negócio de ab-rupto. língua sem trema não é língua. Aquele gui a gente fala como o de enguiça. O meu amigo Língua, por exemplo. Ele não é Língua, mas, agora, quando escrever o apelido dele, muita gente vai achar que é. E o apelido perde a graça, porque o Língua era Língua por ser parecido com uma língua. Suprimindo o trema, o apelido era untado com uma ironia grosseira que se tornava hilária. Lá vai o Língua, alguém dizia, e todo mundo dava risada. Agora, não. Sem a possibilidade do trema, o Língua não é mais o mesmo. Pode ser um Língua, o que não é nada engraçado.
14. Aí o Assis Brasil vem e diz que escrever língua sem trema e abrupto separado torna a língua portuguesa mais visível. Ah, não! Prefiro que ela fique invisível, então.
16. Certas regras a gente não deve cumprir. Outras são muito mais imperiosas, ainda que não sejam explícitas, escritas e acordadas entre autoridades e países, como é uma reforma ortográfica. Exemplo: as tais regras do Mercado. Não existem no papel, ninguém as redigiu, mas, quem não as cumpre, é punido com severidade.
20. Nenhum dos condestáveis das letras legislou sobre as regras do Mercado, eles nem ligam para elas. Eu, sim. Eu as respeito. Já ab-rupto, nem se o Scliar e o Assis Brasil vierem aqui exigir, de dicionário em punho, ab-rupto eu não escrevo!

Adaptado de: COIMBRA, David. Zero Hora, 4 fev. 2009, p. 44.

16. Assinale a alternativa que preenche corretamente, e de acordo com o sentido do texto, as lacunas das linhas 02, 04 e 07, respectivamente.

- | | | |
|-------------------|--------------|-----------|
| (A) Já que | – Logo | – Por que |
| (B) Mesmo porque | – Porém | – Por que |
| (C) Porquanto que | – Pois | – Porque |
| (D) Até porque | – Portanto | – Porque |
| (E) Salvo que | – Entretanto | – Porque |

17. Manifestando-se acerca da reforma no sistema ortográfico que passou a vigorar a partir de 1º. de janeiro de 2009, o autor

- (A) lamenta que os escritores tenham aderido às novas regras ortográficas.
(B) constata que os brasileiros preferem escrever como falam e não como preceituam as regras ortográficas.
(C) ressalta as dificuldades que os falantes da língua portuguesa terão para se adaptar às novas regras ortográficas.
(D) lastima a impossibilidade de fazer trocadilhos com a grafia de determinadas palavras.
(E) critica a proposição de nova ortografia para certas palavras da língua portuguesa.

18. Considere as seguintes afirmações a respeito de convenções ortográficas da língua portuguesa.

I - As formas **ab-rupto** (l. 01) e **abrupto** (l. 03), citadas no texto, exemplificam o princípio de privilegiar o critério fonético (ou da pronúncia) em que se assenta a ortografia portuguesa.

II - A supressão do trema em palavras da língua portuguesa não impede que se pronuncie o *u* em palavras como **linguiça** (l.10).

III - A nova ortografia, vigente a partir de 1º. de janeiro de 2009, suprimiu o hífen do verbo **inter-relacionar**.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas 2.
- (B) Apenas 3.
- (C) Apenas 1 e 2.
- (D) Apenas 1 e 3.
- (E) 1, 2 e 3.

19. Considere os trechos abaixo e as propostas de suas transposições para o discurso indireto, apresentadas a seguir.

1 - **Pouco se me dá que o Scliar e o Assis Brasil defendam a reforma ortográfica** (l. 01-02).

2 - **Já estava meio irritado com a linguiça sem trema, no dia em que descobri esse negócio de ab-rupto** (l. 06-07).

3 - **Suprimindo o trema, o apelido era untado com uma ironia grosseira que se tornava hilária** (l. 10-11).

I - **Trecho 1** = O colunista escreveu que pouco se lhe dava que o Scliar e o Assis Brasil defendessem a reforma ortográfica.

II - **Trecho 2** = O articulista declarou que já tinha estado meio irritado com a linguiça sem trema, no dia em que descobrira aquele negócio de ab-rupto.

III - **Trecho 3** = O autor disse que, com a supressão do trema, o apelido fora untado com uma ironia grosseira que se tornara hilária.

Quais propostas estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

20. Entre os vícios de linguagem, encontram-se a cacofonia, o barbarismo e o solecismo.

Assinale a alternativa que contém exemplo de cacofonia.

- (A) **Pouco se me dá** (l. 01)
- (B) **Por Deus!** (l. 03)
- (C) **o apelido era untado** (l. 10)
- (D) **Lá vai o Languiça** (l.11)
- (E) **as tais regras do Mercado** (l. 18)

21. Considere as seguintes afirmações sobre segmentos do texto.

- I - O segmento **O cara** (l. 04) poderia ser substituído por **a gente** sem prejuízo da correção gramatical e do sentido contextual.
- II - O segmento **Aquele gui** (l. 07) remete à sílaba **gui** da primeira ocorrência da palavra **linguiça** na linha 07.
- III - A palavra **então** (l. 15) poderia ser substituída por **portanto** sem prejuízo da correção gramatical e do sentido contextual.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

22. As afirmações abaixo referem-se a verbos ou a locuções verbais utilizadas no texto.

- I - A forma verbal **era** (l. 10) poderia ser substituída por **foi**, sem comprometer o sentido da frase.
- II - A forma verbal **se tornava** (l. 11) poderia ser substituída por **acabava se tornando**, preservando o sentido da frase.
- III - A sequência **vem e diz** (l. 14) poderia ser substituída por **veio e disse**, preservando o sentido que ela tem no texto.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

23. Assinale a alternativa que apresenta os sinônimos mais adequados para as palavras **hilária** (l. 11), **visível** (l. 15) e **imperiosas** (l. 16).

- (A) engraçada – óbvia – prementes
- (B) engraçada – aparente – prementes
- (C) ridícula – evidente – necessárias
- (D) ridícula – óbvia – autoritárias
- (E) burlesca – aparente – necessárias

24. Considere as seguintes afirmações sobre a palavra **condestáveis** (l. 20).

- I - Ela pode ser substituída, sem prejuízo do sentido do texto, pela palavra **condenáveis**.
- II - Ela concorda, no texto, com o pronome **Nenhum** (l. 20).
- III - Ela é usada, no texto, em sentido figurado, pois designa título honorífico de alguns dos maiores senhores da corte (infantes, duques, marqueses).

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

Instrução: As questões **25** a **30** referem-se a diferentes aspectos gramaticais da língua portuguesa.

25. Linguisticamente, o **gerundismo** consiste no uso abusivo de verbos no gerúndio, cujo emprego é considerado um vício de linguagem.

Assinale a alternativa que apresenta emprego de gerundismo.

- (A) Estou almoçando.
- (B) O momento oportuno foi passando.
- (C) Vou estar respondendo a sua carta amanhã.
- (D) Estaremos jogando futebol na tarde de amanhã.
- (E) João estará trabalhando enquanto vocês se divertem.

26. Assinale a alternativa em que a frase está de acordo com as normas do padrão culto da língua portuguesa.

- (A) Podem ter havido falsas interpretações.
- (B) Tratam-se de acusações fundamentadas em provas.
- (C) Sobreveio novos contratemplos.
- (D) Daqui ao tribunal são um quilômetro e meio.
- (E) Deve fazer alguns meses que lhes enviamos o processo.

27. Considere os enunciados abaixo, todos com formas de imperativo negativo.

- 1 - Não pleiteemos cargos para os quais não estamos preparados.
- 2 - Não perca tempo preocupando-te com firulas.
- 3 - Não esquece de levar o teu lanche.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas 1.
- (B) Apenas 2.
- (C) Apenas 3.
- (D) Apenas 1 e 2.
- (E) 1, 2 e 3.

28. Considere as três perguntas abaixo e as respectivas respostas.

- 1 - Eles fizeram a investigação no setor denunciado? – Sim, fizeram-no com atenção.
- 2 - Você queria bem aos professores? – Sim, queria-lhes bem.
- 3 - Deram a devida pena ao acusado? – Sim, deram-lha.

Quais respostas estão corretas?

- (A) Apenas 1.
- (B) Apenas 3.
- (C) Apenas 1 e 2.
- (D) Apenas 2 e 3.
- (E) 1, 2 e 3.

29. Indique a alternativa que preenche corretamente as lacunas dos enunciados abaixo, na ordem em que aparecem.

- 1 - Houve iniciativas que nos opúnhamos.
- 2 - Houve iniciativas que não concordávamos.
- 3 - Houve iniciativas que desconfiávamos.
- 4 - Houve iniciativas que insistíamos.

- (A) a – com – de – em
(B) em – de – com – a
(C) de – com – a – com
(D) a – de – em – com
(E) com – a – de – em

30. Com relação à correlação dos tempos verbais, leia o relato abaixo feito por Dionísio.

Temístocles **adquire** um imóvel financiado em uma época em que **estão sendo** discutidas novas medidas para sanear problemas no sistema financeiro de habitação, sem que **saibamos** exatamente o que **elas vão implicar**.

Considerando a hipótese de que Dionísio faça esse mesmo relato 10 anos depois, em seu texto, as palavras grifadas deveriam ser substituídas, respectivamente, por

- (A) adquiriu – iam sendo – sabiam – elas implicariam.
(B) adquiriria – iam sendo – soubessem – fossem implicar.
(C) adquiriu – estavam sendo – soubéssemos – elas iriam implicar.
(D) tenha adquirido – eram – tenhamos sabido – iriam implicar.
(E) adquiriria – seriam – se soubesse – elas implicariam.

CONHECIMENTOS JURÍDICOS

31. De acordo com a jurisdição constitucional praticada no Brasil, é correto afirmar que

- (A) uma lei anterior à promulgação da Constituição não pode ter sua inconstitucionalidade arguida via controle concentrado.
(B) uma decisão que rejeita Ação direta de inconstitucionalidade tem efeito de declaração de constitucionalidade.
(C) o Juiz de Direito pode declarar a inconstitucionalidade de lei, mas o órgão fracionário não pode.
(D) a inconstitucionalidade de uma lei federal não pode ser declarada por Tribunal de Justiça.
(E) de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o Pacto de San José da Costa Rica tem valor de norma constitucional, razão pela qual não mais se admite prisão de depositário infiel.

32. Sobre o controle de constitucionalidade nos Tribunais brasileiros, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o STF pode apreciar a inconstitucionalidade de uma lei já por ele declarada constitucional anteriormente.
(B) não se admite desistência em sede de ação direta de inconstitucionalidade.
(C) se passou a admitir, com a aprovação do Instituto do *Amicus Curiae*, intervenção de terceiros em ação direta de inconstitucionalidade.
(D) não existe lide no processo de ação direta de inconstitucionalidade.
(E) uma medida cautelar em sede de ação direta de inconstitucionalidade pode ter efeito *ex tunc*.

33. Assinale com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) as afirmações abaixo:

- () Se a lei Y é revogada pela lei X e esta (a lei X) for declarada inconstitucional, revigora-se a lei Y.
- () Se a lei Y, uma vez revigorada, também for inconstitucional, perderá automaticamente a sua validade.
- () Uma lei municipal pode ser declarada inconstitucional por intermédio da ação direta de inconstitucionalidade interventiva.
- () O efeito *ex nunc* em sede de ação direta de inconstitucionalidade exige *quorum* de maioria absoluta.
- () Cabe concessão de liminar em ação declaratória de constitucionalidade (ADC).

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – V – F – F.
- (B) F – F – F – V – V.
- (C) V – F – F – F – V.
- (D) V – V – V – V – V.
- (E) F – F – F – F – F.

34. Leia o texto abaixo.

O liberalismo tem como um dos pressupostos a auto-regulação do mercado. A ordenação ou a regulamentação jurídica é preocupação que assume especial relevância no século XX, quando ocorre a passagem do Estado Liberal para o Estado Social. Os conflitos sociais, assim como os direitos sociais-fundamentais, passaram a fazer parte da agenda das Constituições, especialmente daquelas surgidas a partir da Segunda Guerra mundial. Uma das questões centrais passou a ser a intervenção do Estado na economia, com regras específicas para a regulamentação das relações econômicas, podendo-se dizer que esse fenômeno pode ser denominado de "constitucionalização da economia", em linha similar ao que se denomina de "constitucionalização das relações privadas", quando tratamos da horizontalização dos direitos fundamentais.

Com base neste texto, considere as afirmações abaixo tendo em vista a Constituição brasileira de 1988.

- 1 - A institucionalização do Estado Social foi umas das principais preocupações do constituinte.
- 2 - Erigida à condição de elemento fundante da ordem econômica e a princípio constitucional fundamental, a livre iniciativa constitui uma das mais importantes normas da Constituição, razão pela qual é possível afirmar que o constituinte fez uma opção pelo modelo econômico capitalista.
- 3 - O direito do Estado Democrático de Direito assume uma característica nitidamente transformadora da sociedade.
- 4 - A Constituição do Brasil pode ser classificada como dirigente e compromissória.
- 5 - A propriedade privada, a função social da propriedade, a livre concorrência e a defesa do consumidor e do meio ambiente foram erigidas a categoria de princípios da ordem econômica.

Quais estão de acordo com o texto?

- (A) Apenas 3 e 5.
- (B) Apenas 1, 3 e 5.
- (C) Apenas 1, 3, 4 e 5.
- (D) 1, 2, 3, 4 e 5.
- (E) Apenas a 4.

35. Considere as afirmações abaixo:

I – Enquanto as democracias européias adotaram, a partir do segundo pós-guerra, o controle concentrado de constitucionalidade, paradoxalmente no Brasil essa modalidade de jurisdição constitucional somente foi instituída em 1965, já sob a égide do regime militar.

II – A ação civil pública é instrumento idôneo de fiscalização incidental de constitucionalidade, pela via difusa, de leis municipais, estaduais e federais, desde que, nesse processo coletivo, a controvérsia constitucional, longe de identificar-se como objeto único da demanda, qualifique-se como simples questão prejudicial, indispensável à resolução do litígio principal.

III – A partir de 1937, com a Constituição “polaca” (Estado Novo), passou-se a exigir a remessa ao Senado da decisão do STF que declarava a inconstitucionalidade de uma lei.

IV – Decisão que deixa de aplicar uma súmula vinculante é passível de Reclamação, mas somente depois de esgotados os recursos processuais disponíveis.

V – O STF, que é composto por duas Turmas, ao contrário dos demais tribunais da República, não suscita incidente de inconstitucionalidade.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas II, III e V.
- (B) Apenas I, II e V.
- (C) Apenas II e V.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) Apenas I e IV.

36. No tocante ao controle de constitucionalidade de leis municipais e estaduais, é **INCORRETO** afirmar que

(A) não cabe recurso extraordinário de declaração de inconstitucionalidade de lei municipal feita por Tribunal de Justiça de Estado Federado.

(B) o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado, em sede de controle concentrado, não é competente para decidir acerca da constitucionalidade de lei municipal sempre que a violação for somente da Constituição Federal.

(C) a lei municipal incompatível com princípios da Constituição Federal, repetidos na Constituição do Estado, pode ser declarada inconstitucional pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Estado Federado.

(D) a lei estadual ao mesmo tempo incompatível com a Constituição do Estado e com a Constituição Federal pode ter arguida a sua inconstitucionalidade, em sede de controle concentrado, tanto pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Estado federado como pelo STF.

(E) Somente pelo voto da maioria absoluta dos membros do Órgão Especial de Tribunal de Justiça de Estado federado pode ser declarada inconstitucional uma lei.

37. Assinale, dentre as alternativas abaixo, quais são as corretas.

I – Embora a previsão da Constituição de que o advogado seja indispensável à administração da justiça, o governador do Estado possui capacidade postulatória, não necessitando da assistência de advogado para ingressar com Ação direta de inconstitucionalidade ou declaratória de constitucionalidade.

II – Na hipótese de *impeachment* do Presidente da República e do seu vice, suceder-lhe-ão, pela ordem, o Presidente da Câmara dos Deputados; na hipótese da impossibilidade deste assumir o cargo, será chamado o Presidente do Senado; no impedimento deste, o Presidente do STF.

III – A Câmara dos Deputados autoriza a instauração de processo contra o Presidente da República, mas é o Senado que o julga.

IV – Senador pode propor emenda constitucional

V – O *quorum* para aprovação de uma súmula vinculante é superior ao exigido para a declaração de inconstitucionalidade de uma lei.

- (A) Apenas II, III e V.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas I, III e V.
- (D) Apenas II.
- (E) I, II, III, IV e V.

38. Leia o exemplo abaixo.

O Tribunal de Justiça de um Estado, apreciando mandado de segurança, decidiu que determinada aposentadoria fulcrada em lei estadual não poderia ter sido indeferida no plano administrativo – portanto, deveria ser concedida – porque a lei estadual que a vedava feria a Constituição Federal. Na ocasião do julgamento, o Ministério Público levantou preliminar requerendo a suspensão do julgamento para que fosse suscitado o respectivo incidente de inconstitucionalidade, forte no Regimento Interno do Tribunal. A tese do Ministério Público foi afastada por dois motivos: (i) porque não caberia ao Ministério Público fazer o pedido de suspensão do julgamento, tendo em vista que isso equivaleria a uma substituição da prerrogativa e/ou dever da parte recorrente (O Estado federado); e (ii) pelo argumento de que embora seja possível a uma Câmara levar ao Órgão Especial uma possível arguição de inconstitucionalidade de lei municipal ou mesmo estadual, frente à Constituição Estadual, o Órgão Especial não tem competência para decidir matéria de lei estadual que fira a Constituição Federal.

Assinale a alternativa correta relativamente a essa decisão.

- (A) O Órgão fracionário do Tribunal decidiu de forma equivocada, porque a matéria, em sede de mandado de segurança, não poderia ter sido examinada, pois deveria ter sido arguida a inconstitucionalidade via controle concentrado junto ao órgão Especial do Tribunal.
- (B) Somente as partes podem suscitar a inconstitucionalidade.
- (C) É irrelevante qualquer discussão acerca da reserva de plenário, porque os Tribunais tem legitimidade para disporem da matéria, em seus regimentos internos.
- (D) A decisão do Órgão fracionário foi equivocada porque deveria ter suscitado o incidente de inconstitucionalidade, mesmo em se tratando de lei estadual colidente com a Constituição Federal.
- (E) A decisão do Órgão Fracionário foi correta.

39. Considere as afirmações abaixo, referentes aos princípios que fundamentam a administração pública.

I- O princípio da razoabilidade, que impõe que o administrador ao atuar em sua zona de atuação discricionária obedeça a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, não possui, no ordenamento constitucional, expressa e explícita previsão.

II- O fundamento constitucional da obrigação de motivar os atos administrativos está implícito tanto no art. 1º da Carta Federal, que indica a cidadania como um dos fundamentos da República, quanto no parágrafo único desse preceptivo, segundo o qual todo o poder emana do povo, como ainda no art. 5º, que assegura, entre um de seus incisos, o direito à apreciação judicial nos casos de ameaça ou lesão de direito.

III- Pelo princípio da indisponibilidade do interesse público, que é inerente à função estatal, mantém-se este princípio independente de os serviços públicos serem exercidos pelos particulares, mediante delegação.

IV- A moralidade administrativa, exigível também do particular, é pressuposto do ato administrativo e serve de fundamento, inclusive, para o reconhecimento de inconstitucionalidade em ação direta.

V- O princípio da impessoalidade nada mais é do que o clássico princípio da finalidade.

Assim:

- (A) São verdadeiras **apenas** as respostas inseridas nos itens II e III.
- (B) É **incorreta apenas** a resposta alocada no item I.
- (C) **Todas** as assertivas são **verdadeiras**.
- (D) São **incorretas** as assertivas postas nos itens I e V.
- (E) São verdadeiras **apenas** as assertivas apostas nos itens II, III e IV.

40. Ao apreender determinado produto sem autorização judicial, com a finalidade de fiscalizar se ele está de acordo com os itens expressos na sua embalagem, a administração pública

- (A) comete abuso de direito, porquanto o poder de polícia não prescinde, quando afeta direito de propriedade, de autorização do Poder Judiciário para seu exercício.
- (B) atua legitimamente, podendo-se dizer que se trata de ato de polícia administrativa.
- (C) atua legitimamente, valendo afirmar que os atos praticados sob este pressuposto – exercício do poder de polícia judiciária – são vinculados.
- (D) está excedendo seus poderes, muito embora os atos administrativos por ela praticados, segundo o descrito no enunciado, possam ser vinculados ou discricionários.
- (E) age adequadamente, porque o poder de polícia tanto pode ser exercido pela administração como pelo particular a quem a administração delegue – por ato administrativo – eventuais atribuições.

41. Sobre o ato administrativo lícito da administração pública, é correto dizer que

- (A) ele pode ser revogado desde que não tenha operado efeitos no patrimônio do seu titular.
- (B) ele é passível de revogação a qualquer tempo, tendo a revogação efeito declaratório.
- (C) ele, segundo boa parte da doutrina, pode levar à reparação dos danos que venha a representar para terceiros.
- (D) quando ato vinculado – em regra – é suscetível à revogação.
- (E) sua revogação pode atingir àqueles atos denominados como meros atos administrativos, tais como, a expedição de certidões, de pareceres e de atestados.

42. Considere a hipótese abaixo.

Dado município do interior contratou, sem licitação, serviços de publicidade relativos a programas institucionais de saúde, a serem realizados/executados por renomado publicitário, pelo preço de R\$ 10.000,00 mensais, pelo período de doze meses.

Frente à hipótese, pode-se dizer:

(A) Trata-se do caso de inexigibilidade e/ou dispensa de licitação; é, portanto, correta a ação da administração, já que em face do contrato firmado e dos valores despendidos, não haveria necessidade de processo licitatório.

(B) Se a administração adotasse a contratação pelo sistema de convite, haveria, em face da espécie de processo utilizado e do sistema de contratação, respeito à legislação vigente.

(C) É possível qualificar o trabalho do publicitário como de um artista, de acordo com a legislação relativa às licitações.

(D) A eventual responsabilização civil do administrador que infringe a Lei nº 8.666/93, e que causa prejuízo à administração na hipótese apresentada configura-se apenas se comprovado o dolo.

(E) Nenhuma das afirmações anteriores está correta.

43. Em processo de desapropriação movido pelo Estado, com fulcro no Decreto-lei nº 3365/41, busca o poder público impor ao proprietário do imóvel desapropriado perda de apenas uma parte deste bem. Queixa-se o desapropriado, todavia, que restará praticamente sem valor o restante do imóvel não submetido ao processo, em face do esvaziamento do conteúdo econômico da área remanescente, pretendendo, assim, que a desapropriação abranja a totalidade de seu imóvel. Argumenta, ainda, que a obra que se anuncia como motivadora é diversa da que se efetivamente pretende realizar.

Considerando-se o sistema legal vigente, a jurisprudência dominante nos Tribunais e a doutrina que trata da espécie, é correto afirmar que

(A) o desvio de finalidade na desapropriação é vulgarmente chamado de tredestinação. Todavia, ultimada a desapropriação, utilizando-se a administração do imóvel para fim diverso do que aquele inicialmente declarado, preservando-se, entretanto, a finalidade pública, este aspecto não será nodal para fins de nulificar o ato de desapropriação.

(B) os honorários advocatícios, eventualmente concedidos, sofrem limitação de 5% do valor total da desapropriação

(C) os juros compensatórios, uma vez fixados, avultam ao percentual de 12% ao ano sobre o valor determinado como justo preço.

(D) os juros moratórios, a sua vez, limitam-se a 12% ao ano, fixados a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao que o pagamento deveria ser efetuado.

(E) somente em ação autônoma poderá ser obtido o ressarcimento integral do imóvel, em face das limitações processuais da espécie, de cognição restrita, segundo precedentes do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e do Superior Tribunal de Justiça.

44. João Alberto, escolhido candidato à vereança na convenção de seu partido, em dado município do interior do Estado, prometeu a um grupo determinado de eleitores – em reunião realizada na sede da associação comunitária dos ferroviários – que, uma vez eleito, garantiria a eles vaga em sua assessoria, utilizando-se de cargos em comissão de que seu futuro gabinete poderia dispor. Tal fato se deu antes do encaminhamento do pedido do registro da candidatura, e tinha por escopo obter os votos daqueles eleitores.

Com base nesses dados, é correto afirmar que

- (A) a ação do candidato constitui captação ilícita de sufrágio, prevista no art. 41-A, da Lei nº 9.504/97, capaz de levar a cassação de registro ou mesmo do diploma em caso da eleição do candidato.
- (B) em não se tendo certeza quanto a sua eleição, o crime não se poderia configurar em caso de insucesso eleitoral.
- (C) o fato não se caracteriza como crime eleitoral porque praticado em período anterior ao registro da candidatura.
- (D) o candidato, pela simples promessa levada a cabo, cometeu, em tese, o crime de corrupção eleitoral (art. 299 do Código Eleitoral).
- (E) Nenhuma das alternativas propostas está correta em face do ordenamento vigente.

45. São considerados inelegíveis frente à legislação vigente:

I - Na eleição municipal, para o cargo de vereador, o sobrinho – não detentor de mandato eletivo – do Chefe do Poder Executivo.

II - Na eleição municipal, para o cargo de vereador, a cunhada – titular do mandato na Câmara Municipal – do Chefe do Poder Executivo.

III - O condenado criminalmente pela prática de peculato, passados dois anos após o efetivo cumprimento da pena.

IV - O Presidente de uma autarquia cujas contas foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas, sob o fundamento de ter ocorrido desvio de verbas públicas, passados cinco anos do trânsito em julgado desta decisão, sem que, entretanto, os valores desviados tenham sido devolvidos ao erário.

V - Para o cargo de vice-prefeito, no mesmo município, o irmão do Prefeito reeleito.

- (A) Estão corretas apenas respostas III e V.
- (B) Apenas as respostas dos itens I e III se apresentam corretas.
- (C) Estão corretas as assertivas IV e V.
- (D) Apenas as respostas II e IV podem ser tidas como corretas.
- (E) Apenas as resposta I e IV podem ser tidas como corretas.

46. Certa empresa de construção, após obter vitória no devido processo de licitação, celebrou contrato administrativo de obra pública com determinado município, obrigando-se a entregar, no prazo de seis meses, dois prédios para abrigar salas de aula. Após o início dos trabalhos, passados dois meses da execução da obra, em razão de chuvas torrenciais na região, ocorre a inundação total do canteiro de obras, assim como de diversos bairros do município. Diante do quadro de calamidade, impedindo, de modo absoluto, a execução do contrato administrativo celebrado, a Administração Pública municipal decide rescindir o contrato.

Considerando-se a situação descrita, é correto afirmar que neste caso

- (A) não cabe a rescisão do contrato administrativo de obra pública, pois o contratado não concorreu para a ocorrência da causa impeditiva de sua execução normal.
- (B) somente é cabível a rescisão judicial do contrato administrativo celebrado, desde que devidamente motivada, nos termos da Lei nº 8.666/93.
- (C) apenas é possível a rescisão amigável do contrato administrativo, reduzida a termo no processo de licitação, pois não houve culpa do contratado, nos termos da Lei nº 8666/93.
- (D) é cabível, não havendo culpa do contratado, a rescisão administrativa do contrato por ato unilateral e escrito da Administração Pública municipal, bem como é devido à empresa o ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- (E) não é possível, nos termos da Lei nº 8.666/93, a rescisão do contrato administrativo, mas somente a alteração das cláusulas contratuais regulamentares.

47. Leia o enunciado abaixo.

Pedro prometeu vender a Paulo determinado imóvel que não lhe pertencia, ficando acertado entre eles que a compra e venda definitiva seria feita em três meses, com a transmissão do bem nessa oportunidade. Paulo, que desconhecia pertencer a terceiro o imóvel, pagou metade do preço, ficando o saldo para ser pago na entrega. Houve inadimplemento, de Pedro, que quatro meses após a data do negócio, tornou-se dono do imóvel por doação que lhe fez o proprietário.

Com base nesses dados, assinale a alternativa correta.

- (A) A nulidade da promessa de compra e venda decorrente do fato de que Pedro prometeu vender bem de terceiro não fica superada pela aquisição posterior
- (B) Considerando a aquisição posterior por Pedro, Paulo tem, a seu exclusivo critério, as seguintes possibilidades de escolha: pretender a anulação do negócio pelo vício da promessa da venda de bem de terceiro, ou exigir a sua consumação.
- (C) O negócio é válido, e Paulo pode optar pela sua resolução, em vista do inadimplemento, ou pela exigência de que seja consumado.
- (D) O negócio é inexistente, e Pedro só pode exigir a restituição do valor que adiantou, sob o fundamento do enriquecimento ilícito.
- (E) Nenhuma das respostas acima é correta.

48. Considere o enunciado abaixo e as propostas para completá-lo.

Nas indenizações por dano moral em casos de ilícitos contra a honra subjetiva, segundo o pensamento consagrado no direito brasileiro, o arbitramento do valor pecuniário deve nortear-se

I - pelo objetivo de reprimir a repetição da prática ilícita por parte do agente.

II - pelo objetivo de propiciar à vítima condições materiais que se traduzam em sentimento prazeroso como contraponto da dor sofrida.

III - pela condição econômica do agressor e do agredido.

IV - pelo princípio da condenação simbólica, quando for inviável a valoração, haja vista as características do ilícito e da dor experimentada pela vítima.

V - pela repercussão econômica que o ilícito acarretou para a vítima.

Quais afirmativas estão corretas?

- (A) Apenas I e IV.
- (B) Apenas II, III e V.
- (C) Apenas I, III e V.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.

49. Assinale a alternativa correta.

- (A) É anulável a compra e venda de bem imóvel de descendente a ascendente sem o consentimento expresso dos outros descendentes e do cônjuge do alienante.
- (B) É nula a compra e venda de bem imóvel de descendente a ascendente sem o consentimento expresso dos outros descendentes e do cônjuge alienante.
- (C) A tradição é elemento constitutivo do contrato de compra e venda pura de bens móveis, sem a qual o negócio não se completa.
- (D) A compra e venda de mercadorias sem a fixação de preço é válida e exigível, desde que se possa identificá-lo no preço corrente das vendas habituais do vendedor.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

50. Assinale a alternativa correta.

- (A) No mútuo com garantia pignoratícia, em que houver cláusula autorizando o credor a ficar com o bem objeto da garantia em caso de inadimplemento, a este caberá ou a cobrança do débito ou a aquisição do objeto da garantia, mas nesta hipótese fica obrigado a depositar ao devedor a diferença entre o valor da dívida e o do bem empenhado.
- (B) O imóvel hipotecado pode ser parcelado em loteamento, caso em que o credor pode requerer em juízo, que o ônus hipotecário seja dividido, passando a gravar cada lote proporcionalmente.
- (C) É anulável a alienação do bem hipotecado sem a anuência do credor.
- (D) É nula a alienação do bem hipotecado sem a anuência do credor.
- (E) Nenhuma das alternativas está correta.

51. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) As obrigações indivisíveis perdem essa qualidade quando, impossível o objeto por causa superveniente, resolverem-se em perdas e danos.
- (B) A conversão da obrigação em perdas e danos, havendo credores solidários, não faz desaparecer a solidariedade.
- (C) Nas obrigações indivisíveis, em que houver credores solidários, a exigência da prestação do devedor pode ser exercida por apenas um dos credores.
- (D) Em operação de mútuo composta por três devedores solidários, um deles declarado insolvente, é possível àquele que pagou a integralidade do débito haver do outro, solvente, não apenas a sua cota, mas também a metade da cota do insolvente.
- (E) Apenas as alternativas (B), (C) e (D) estão corretas.

52. Leia o relato abaixo.

Armando ajuíza contra Marcelo ação de cobrança de R\$ 100.000,00, por alegado contrato de mútuo inadimplido. O réu contrata advogado, firmando com ele pacto de serviços a preço certo, pago integralmente na contratação, tendo como objeto a defesa em todas as fases da demanda até o trânsito em julgado. Assim, Marcelo contesta a ação alegando prescrição, por um lado e, por outro, a inexistência do débito. Argumenta que o valor foi entregue como aporte de 50% do capital necessário para a realização do negócio de risco que as partes empreenderam em conjunto, que ao fim não se mostrou viável, com a perda do capital investido. Afastada a prescrição e julgada procedente a demanda, o advogado de Marcelo conta errado o prazo para a apelação entregando o recurso em cartório um dia após o termo final, razão por que não é admitido (intempestividade). Nessas circunstâncias, Marcelo paga o débito com os acréscimos decorrentes da sucumbência e pretende voltar-se contra o advogado para haver do profissional o valor que pagou em virtude da condenação.

Com base nesses dados, é correto afirmar que o advogado

- (A) poderá, ou não, ter de ressarcir Marcelo, proporcionalmente ao êxito que a apelação não interposta poderia ter viabilizado em favor dele.
- (B) não fica obrigado ao ressarcimento pretendido por Marcelo porque a sentença reconheceu a existência do débito. A indenização pretendida significaria enriquecimento indevido de Marcelo.
- (C) é obrigado a pagar a Marcelo a integralidade do valor da condenação que este sofreu com a sentença. A responsabilidade decorre do erro profissional e, portanto, independe do resultado que teria a apelação.
- (D) não é responsável pelo ressarcimento pretendido por Marcelo, porque sua prestação profissional é de meio e não de fim.
- (E) não é responsável pelo ressarcimento pretendido por Marcelo, porque os valores que ele pretende são relativos à relação jurídica entre aquele e Armando, da qual o profissional não participou. No máximo, Marcelo poderá pretender contra o advogado indenização por dano moral somada ao abatimento dos honorários pagos, relativamente aos serviços na fase recursal, que não existiram em razão do erro profissional.

53. Leia o enunciado abaixo.

Victor sofre acidente vascular cerebral sem perder suas capacidades mentais, exceto no âmbito da matemática, ficando impossibilitado de realizar operações de adição, subtração, divisão e multiplicação, além de outras operações mais complexas. O diagnóstico médico sobre a recuperação não é conclusivo, dependendo da evolução do quadro do paciente nos meses subseqüentes à alta hospitalar. Comerciante, Victor pretende voltar ao trabalho.

Com base nesses dados, assinale a alternativa correta.

- (A) Incapacitado, Victor não tem como praticar validamente os atos da vida civil e, portanto, está sujeito à curatela até que se recupere.
- (B) Incapacitado, Victor não tem como praticar validamente os atos da vida civil e, portanto está sujeito à tutela até que se recupere.
- (C) Victor tem direito a requerer validamente ao juiz, em nome próprio, a curatela especial, tão-só para os atos em que o domínio da matemática for necessário.
- (D) Victor fica sujeito à curatela especial, tão-só para os atos em que o domínio da matemática for necessário, mas essa curatela não poderá ser por ele validamente requerida, em nome próprio.
- (E) Victor fica sujeito à curatela especial, com restrição a pratica de atos de comércio e sem restrição para a prática de atos de gestão de seu patrimônio pessoal.

54. No direito brasileiro, a propriedade das águas de lagoa natural situada integralmente no interior de propriedade privada, nos limites territoriais de um mesmo Estado da Federação e de um mesmo Município, que tenha comunicação natural com o mar, pertence

- (A) à União.
- (B) ao Estado.
- (C) ao Município
- (D) ao Estado, se a influência das marés importar em oscilações inferiores de 5 cm, no nível das águas da lagoa dentro de um mesmo ano. Sendo a oscilação do nível da água igual ou superior a 5 cm, a propriedade é da União.
- (E) Nenhuma das respostas acima é correta.

55. Assinale a alternativa correta.

- (A) Os procedimentos demarcatórios nos terrenos de marinha estabelecem efeitos constitutivos da propriedade da União sobre as áreas demarcadas.
- (B) Os terrenos de marinha, no direito brasileiro, tem origem no período republicano e são bens públicos dominicais pertencentes à União.
- (C) Da demarcação dos terrenos de marinha, advém efeito meramente declaratório da propriedade da União sobre as áreas demarcadas.
- (D) Cabe o ajuizamento de ação própria, pela União, para a anulação dos registros de propriedade de particulares, em caso de ocupação de terrenos de marinha que já tenham sofrido procedimento de demarcação.
- (E) As alternativas (B) e (C) estão corretas.

56. Assinale a alternativa correta.

- (A) Sentença condenatória que determine o pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, valerá como título constitutivo da hipoteca judiciária, cuja inscrição será ordenada pelo juiz em forma distinta daquela prescrita na Lei de Registros Públicos.
- (B) Sentença condenatória que determine o pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, não valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária.
- (C) A sentença que vier a condenar o réu no pagamento de uma prestação em dinheiro ou em coisa valerá como um título constitutivo de hipoteca judiciária "inter-autos", descabendo sua inscrição na forma prescrita na Lei de Registros Públicos.
- (D) A sentença que condenar o réu no pagamento de uma prestação, consistente em dinheiro ou em coisa, valerá como título constitutivo de hipoteca judiciária, cuja inscrição será ordenada pelo juiz na forma prescrita na Lei de Registros Públicos.
- (E) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

57. Considere as seguintes afirmações, referentes a litisconsórcio e intervenção de terceiros:

I – Há casos de litisconsórcio unitário facultativo, assim como casos de litisconsórcio necessário e comum; na primeira hipótese, insere-se, por exemplo, a ação anulatória de arrematação; na segunda hipótese, insere-se, por exemplo, a ação de declaração de indignidade proposta por um dos co-herdeiros.

II – Quando o litisconsórcio passivo é unitário, o juiz decide a lide de modo uniforme para todas as partes requeridas, embora sejam dois ou a mais os réus.

III – A necessidade do litisconsórcio consiste na indispensabilidade do julgamento uniforme do mérito para todos os litisconsortes.

Quais estão corretas?

- (A) I, II e III.
- (B) Apenas I.
- (C) Apenas II.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III;

58. Havendo conflito negativo de atribuições entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual em inquérito civil, a competência para resolver o conflito será do

- (A) Supremo Tribunal Federal.
- (B) Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Conselho Superior do Ministério Público.
- (D) Conselho Nacional da Magistratura.
- (E) Juiz ao qual seja o inquérito distribuído.

59. Assinale a alternativa correta.

- (A) A ação declaratória pressupõe a violação do direito que lhe corresponde.
- (B) Não realizada, com êxito, a alienação por iniciativa particular, assiste ao credor a faculdade de adjudicar, em execução, os bens penhorados.
- (C) São absolutamente impenhoráveis os recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político.
- (D) São absolutamente impenhoráveis os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis.
- (E) Na execução fundada em título judicial por quantia certa, se o devedor, no prazo de três dias, não nomear bens à penhora, caberá ao credor fazê-lo.

60. Considere as afirmações abaixo, relativas aos recursos no processo civil:

I – Do acórdão que, por maioria, julgar improcedente a ação rescisória, são cabíveis embargos infringentes.

II – É ônus do recorrente, em preliminar formal e explícita da petição recursal, demonstrar a repercussão geral do recurso extraordinário, exceto nos casos de demonstração implícita da repercussão geral, como, por exemplo, na hipótese de já existir, no Supremo Tribunal Federal, ação direta pendente de julgamento pelo Plenário, versando sobre a mesma matéria.

III – Se o juiz extinguir o processo sem resolução de mérito, pode o tribunal desde logo julgar a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito ou se, versando sobre questão de fato, o tribunal converter o julgamento em diligência, para que a prova seja produzida em primeiro grau.

IV – Não é lícito ao juiz, após ter recebido a apelação, reexaminar, à vista das contrarrazões apresentadas, os pressupostos de admissibilidade do recurso, pois, proferida a sentença, o juiz cumpre e encerra o ofício jurisdicional.

Quais estão **INCORRETAS**?

- (A) I, II, III e IV.
- (B) Apenas I.
- (C) Apenas II.
- (D) Apenas III.
- (E) Apenas IV.

61. A respeito da ação popular de que trata a Lei nº 4.717/65, assinale a alternativa correta.

- (A) Os servidores públicos, mesmo que tenham ratificado o ato nela impugnado, são partes passivas ilegítimas para figurarem no pólo passivo da demanda.
- (B) Se o beneficiário do ato lesivo for desconhecido, o autor deverá requerer a sua citação editalícia.
- (C) Os partidos políticos, regularmente constituídos, são legitimados a ajuizar ação popular.
- (D) São devidos honorários advocatícios em caso de procedência, mas não na hipótese de improcedência da ação popular, salvo, neste caso, comprovada má fé.
- (E) A sentença que nela for proferida terá eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*.

62. O princípio processual não expressamente enunciado na Constituição Federal é o

- (A) Princípio do contraditório.
- (B) Princípio do devido processo legal.
- (C) Princípio do processo sem dilações indevidas.
- (D) Princípio do duplo grau de jurisdição.
- (E) Princípio da licitude da prova.

63. A respeito das sociedades em geral, assinale a alternativa correta.

- (A) É competência da assembléia-geral definir a exclusão do direito de o acionista participar do acervo da companhia em caso de sua liquidação.
- (B) O capital de sociedade anônima não pode ser formado exclusivamente com bens.
- (C) Poderá ser indicada como forma de integralização do capital a sua realização com lucros futuros que o sócio venha a auferir na sociedade.
- (D) O conselho fiscal é órgão privativo das sociedades anônimas, podendo a sociedade limitada, porém, instituir conselho de administração.
- (E) Tratando-se de sociedade em conta de participação, a falência do sócio ostensivo acarreta a dissolução da sociedade e a liquidação da respectiva conta, cujo saldo constituirá crédito quirografário.

64. Considere as afirmações abaixo, relativas à propriedade industrial:

I – Para os fins e efeitos da Lei nº 9.279, de 14/05/1996, que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, programas de computador em si são considerados invenções ou modelos de utilidade, conforme a sua utilidade funcional;

II – É patenteável como modelo de utilidade a forma plástica ornamental de um objeto ou o conjunto ornamental de linhas e cores que possa ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa e que possa servir de tipo de fabricação industrial.

III – O fato de o inventor, 15 (quinze) meses antes da data do depósito do pedido de patente, ter detalhado o seu objeto, em palestra proferida em evento científico, não exclui seu direito de obter a respectiva patente, dado que a divulgação, nesse caso, foi procedida pelo próprio inventor.

Quais estão **INCORRETAS**?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas III.
- (E) I, II e III.

65. Tibúrcio, com 25 anos de idade, abordou na via pública, Josefa, moça com 18 anos de idade. A seguir, com um revólver calibre 38, bem assim com uma pistola (ambos com potencialidade lesiva, *ut* laudo realizado), compeliu-a, sob ameaça de morte, a acompanhá-lo até um local ermo. Ali, após vocalizar a sua intenção em manter congresso carnal, ordenou que Josefa se despisse, tendo, para tanto, apontado as armas supracitadas. Sucede que Tibúrcio, ao verificar que Josefa tinha um pequeno curativo na região da virilha, acabou, embora isso não impedisse ou dificultasse o ato, por não mais prosseguir na sua execução. Nesse caso, e desconsiderando-se, de pronto, a incidência de quaisquer dos crimes previstos na Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do desarmamento), Tibúrcio deverá responder por:

- (A) estupro tentado.
- (B) ameaça.
- (C) constrangimento ilegal simples.
- (D) constrangimento ilegal, com causa de aumento de pena.
- (E) contravenção penal (importunação ofensiva ao pudor).

66. Fugêncio comete um crime de furto. Na sequência, dirige-se até a casa de seu pai Genilvado, comunicando, nesse momento, o fato ilícito praticado, permanecendo depois e sob a orientação dele Genilvado, no interior daquela residência. O genitor, então, verificando a presença de viatura policial nas imediações, informa falsamente aos milicianos envolvidos na operação de captura que o agente criminoso não passou pelo local, confundindo, assim, a diligência empreendida. Nessa conformidade, deverá o pai do larápio ser enquadrado e receber a pena correspondente ao crime de:

- (A) favorecimento pessoal.
- (B) favorecimento real.
- (C) favorecimento pessoal privilegiado.
- (D) furto qualificado (concurso de agentes).
- (E) nenhuma das respostas.

67. Josenaldo, com *animus necandi*, adquiriu uma arma de fogo e com ela se dirigiu até a residência de Petrolino, seu desafeto. Sucede que, quando se encontrava junto ao portão da respectiva residência, um bloco de concreto se desprende da parte superior do quarto onde se encontrava Petrolino, causando-lhe a morte por traumatismo craniano. Em decorrência, e tendo em vista o evento morte, a solução correta é:

- (A) subsumir a conduta de Josenaldo no crime de homicídio consumado, sob a modalidade de dolo eventual.
- (B) enquadrar a conduta de Josenaldo no crime de homicídio culposo.
- (C) excluir a responsabilidade de Josenaldo pelo crime de homicídio: seja doloso ou culposo.
- (D) subsumir a conduta de Josenaldo no crime de homicídio tentado, já que presente causa superveniente relativamente independente.
- (E) enquadrar a conduta de Josenaldo no crime de homicídio consumado (dolo direto), tendo em vista o *animus* subjetivo ou elemento volitivo dirigido à produção do resultado morte.

68. Xenóbio, com o propósito de subtrair um automóvel, convidou Terto para auxiliá-lo no empreendimento subtrativo, declinando a Terto, inclusive, que a investida seria facilitada por conta de uma arma de fogo que pretendia utilizar na empreitada deletéria. Após Terto anuir com a proposta, dirigiram-se até um parque, ensejo em que abordaram um casal que estava no interior de um veículo. Nessa conjuntura, enquanto Xenóbio, com um revólver calibre 38, devidamente municiado, abordou o motorista e proprietário do respectivo veículo, exigindo a entrega daquele automóvel, o assecla Terto ficou ao lado da passageira, controlando-a, verbalizando, ainda, que, caso houvesse reação, tiros seriam efetuados. Em seguida, e depois de intimidadas as vítimas, fugiram os malfeitores na posse do respectivo veículo, levando, ainda, um moletom da respectiva passageira (não recuperado). Cinco minutos depois, as vítimas encontraram aleatoriamente uma viatura da Brigada Militar, comunicando o fato. Os milicianos, então, deram início à atividade persecutória, encontrando os agentes delituosos cerca de 3 (três) minutos depois da comunicação recebida, os quais foram pilhados bebendo num bar, estando o veículo subtraído, ainda, próximo a esse estabelecimento, porém, já sem o rádio, o qual não foi mais localizado. Nesse caso, tendo em vista que a arma, submetida à perícia, apresentou potencialidade lesiva, e considerada a teoria da *amotio* ou *apprehensio*, deverão os agentes ser enquadrados (para fins de denúncia) e responder:

- (A) ambos pelo crime de roubo consumado, majorado pelo emprego de arma e concurso de agentes.
- (B) ambos pelo crime de roubo consumado, majorado, unicamente, pelo concurso de agentes, máxime porque não realizado nenhum disparo com a arma respectiva.
- (C) Xenóbio pelo crime de roubo consumado, majorado pelo emprego de arma e concurso de agentes; e Terto pelo crime de roubo consumado, majorado, unicamente, pelo concurso de agentes.
- (D) ambos pelo crime de roubo tentado, majorado pelo emprego de arma e concurso de agentes.
- (E) Xenóbio pelo crime de roubo tentado, majorado pelo emprego de arma e concurso de agentes; e Terto pelo crime de roubo tentado, majorado, unicamente, pelo concurso de agentes.

69. Tício, com 21 anos de idade e dotado de pleno discernimento, decide dar cabo a sua vida. Por tal, dirige-se até local ermo a fim de viabilizar o propósito preconcebido. Contudo, no trajeto, e antes de cometer o ato, encontra Caio, verbalizando a sua intenção. Caio, então, verificando naquele momento derradeiro, ínfima hesitação de Tício, instiga e reforça o propósito inicial já existente, alcançando-lhe, inclusive, uma corda destinada a auxiliar no ato originariamente pretendido. Caio, embora nas circunstâncias pudesse demover Tício da idéia preconcebida, não faz qualquer esforço nesse sentido, máxime porque, ambos, tinham um pequeno comércio de eletrodomésticos na localidade, sendo concorrentes e rivais (a morte de Tício, inclusive, acarretará vantagem financeira em favor dele Caio). Em decorrência, Tício, utilizando-se, inclusive, da corda recebida, acabou consumando o intento destinado ao extermínio pessoal, vindo, em decorrência, a falecer, conforme auto de necropsia (enforcamento). Diante disso, Caio deverá responder por:

- (A) homicídio simples (artigo 121, *caput*, do Código Penal).
- (B) crime único de participação em suicídio (artigo 122, *caput*, do Código Penal), porém, presente causa de aumento de pena.
- (C) crime único de participação em suicídio (art. 122, *caput*, do Código Penal).
- (D) homicídio qualificado (motivo torpe).
- (E) dois crimes, em concurso, de participação em suicídio, já que, no decorrer da execução, foram praticadas duas ações, as quais constituem elementares do tipo penal respectivo.

70. Josefino, portador da moléstia denominada Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS), inconformado com a infidelidade de sua namorada, mantém relação sexual com a mesma, fazendo-o sem o uso de preservativo, máxime porque com o propósito deliberado de transmiti-la (moléstia). Entretanto, a namorada em questão já era portadora da indigitada moléstia, fato, porém, que era do desconhecimento de Josefino. Isto posto, deverá o mesmo responder por:

- (A) tentativa de homicídio (art. 121, *caput*, c/c art. 14, inc. II, do Código Penal).
- (B) perigo de contágio de moléstia grave, sob a forma tentada (art. 131, c/c art. 14, inc. II do Código Penal).
- (C) crime de perigo, sob a forma consumada (art. 132, *caput*, do Código Penal).
- (D) crime de perigo tentado (art. 132, *caput*, c/c art. 14, inc. II, do Código Penal).
- (E) nenhuma das respostas.

71. Petronildo, condenado por furto simples (art. 155, *caput*, do Código Penal), recebeu a pena reclusiva de 01 (um) ano, acrescida de multa (10 dias-multa, sendo a unidade no valor unitário legal.). Considerando-se que todas as circunstâncias judiciais foram favoráveis, não se tratando, também, de réu reincidente em crime doloso, a pena privativa de liberdade, nesse caso, tendo em vista especialmente o disposto no art. 44, do Código Penal (trata das penas restritivas de direitos; hipóteses de substituição e conversão), e acolhido, ainda, o entendimento que permite a cumulação de duas penas da mesma espécie, poderá ser substituída por:

- (A) multa ou uma pena restritiva de direitos (prestação de serviços à comunidade, *verbi gratia*), podendo ser cumprida (restritiva de direitos) em menor tempo da pena que foi substituída.
- (B) pena pecuniária ou uma pena restritiva de direitos (prestação de serviços à comunidade, *verbi gratia*), a ser cumprida (restritiva de direitos) no mesmo tempo da pena corporal que foi substituída.
- (C) uma pena restritiva de direitos (prestação de serviços à comunidade, *verbi gratia*), cumulada com multa, devendo a primeira ter a mesma duração da pena substituída.
- (D) duas penas restritivas de direitos (prestação de serviços à comunidade e limitação de fim de semana, *verbi gratia*), a serem cumpridas no mesmo prazo da pena que foi substituída.
- (E) duas penas restritivas de direitos (prestação de serviços à comunidade e limitação de fim de semana, *verbi gratia*), cumuladas com pena pecuniária, sendo que, na primeira hipótese, o tempo de cumprimento da pena substitutiva dependerá, exclusivamente, das condições pessoais do sentenciado, a serem verificadas pelo juízo da execução.

72. Assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de crime resultante de violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/2006), é possível a aplicação, a título de pena, de prestação pecuniária.
- (B) Nos termos da lei que define os crimes de tortura (Lei nº 9.455/97), são causas, entre outras, de aumento de pena: o seu cometimento por parte de agente público; contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 70 anos de idade, devendo a sanção, em decorrência, ser aumentada até o patamar de 1/5 (um quinto).
- (C) A prática contravencional consistente em vias de fato constitui infração tipicamente subsidiária, devendo a pena ser aumentada até a fração de 2/5 (dois quintos) quando a vítima respectiva for maior de 70 anos.
- (D) Nos termos da Lei nº 4.898/65 (Crimes de abuso de autoridade), entende-se por autoridade quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil ou militar, ainda que o faça transitoriamente e sem remuneração.
- (E) A condenação pela prática de crime falimentar, nos termos da Lei nº 11.101/2005, acarreta, como efeito extrapenal automático, a inabilitação do condenado para o exercício de atividade empresarial pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar do respectivo trânsito em julgado do *decisum*.

73. Assinale a alternativa correta.

- (A) São aspectos inerentes aos crimes de lavagem de capitais (Lei nº 9.613/98): admitem a tentativa; não punem a forma culposa; o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa, não se exigindo qualidade especial.
- (B) A lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº 7.716/89), por coerência e simetria com o título do respectivo diploma legal, prevê punição apenas para as condutas que traduzam discriminação por conta justamente da raça ou da cor da pele.
- (C) Nos termos da Lei nº 11.343/2006 (Crimes de drogas), o juiz, objetivando avaliar se a droga apreendida destina-se ao consumo pessoal ou tráfico, atentará para a natureza e quantidade da substância apreendida, além dos antecedentes do agente, porém, não poderá sopesar, em seu desfavor, as suas circunstâncias sociais e pessoais, sob pena do emprego de subjetivismo.
- (D) O crime de genocídio, nos termos da Lei nº 8.072/90 (Crimes hediondos), só poderá ser rotulado hediondo quando consumado.
- (E) Em se tratando de crimes de agentes políticos municipais (Decreto-Lei nº 201/67), a punição, a título de culpa, ocorre, expressamente, sob a modalidade de negligência.

74. Assinale a alternativa correta.

- (A) Em se tratando de homicídio culposo cometido na condução de veículo automotor (Lei nº 9.503/97), estando o agente, comprovadamente, sob efeito de substância entorpecente, a pena deverá ser aumentada de 1/5 (um quinto) a 1/3 (um terço).
- (B) A elementar idoso prevista na Lei nº 10.741/2003 (Crimes contra os idosos) pressupõe ou está condicionada a idade do sujeito passivo, aliada a sua condição física ou grau de senilidade.
- (C) São circunstâncias, entre outras, que agravam a pena dos crimes ambientais (Lei nº 9.605/98), quando não constituem ou qualificam o próprio crime: o cometimento à noite, praticado mediante fraude ou abuso de confiança, bem assim quando perpetrado em domingos ou feriados.
- (D) O réu, condenado por crime decorrente de organização criminosa (Lei nº 9.034/95), e nos termos da lei respectiva, deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade no regime fechado ou semiaberto, sendo excepcionalmente permitida a fixação do regime aberto.
- (E) A Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do desarmamento), não prevê ou descreve, em se tratando de prática criminosa, a modalidade culposa.

75. Leia o relato abaixo.

Fídias, funcionário público estadual em Panambi, foi indiciado na Delegacia local por peculato, e, mais tarde, condenado pelo mesmo crime. Ao examinar os autos para apresentações de razões recursais, observou o novo causídico que ocorrera uma nulidade que passou despercebida de todas as partes, isto é, a não concessão do prazo para a defesa preliminar.

Considerando-se os dados apresentados, é correto afirmar que se trata de nulidade

- (A) absoluta, devendo o rito ser iniciado novamente com a observância da formalidade prevista na lei adjetiva.
- (B) relativa devendo a Câmara Criminal proceder à audiência do acusado no Tribunal, para depois decidir o mérito da apelação.
- (C) relativa, que restou sanada pelo inquérito policial e pela preclusão.
- (D) absoluta, devendo os autos retornar ao Ministério Público para a confecção de nova ação penal.
- (E) absoluta, devendo o feito recomeçar na fase das alegações finais, reaproveitando-se a prova testemunhal colhida.

76. Leia o relato abaixo.

Demóstenes, funcionário público federal, quando voltava para casa, praticou crime de lesão corporal culposa com veículo automotor em Novo Hamburgo, cuja pena é detenção de seis meses a dois anos. Como não possuía carteira de habilitação, a sanção pode ser aumentada de um terço à metade.

Considerando-se os dados apresentados, é correto afirmar que a ação penal no caso relatado deverá correr

- (A) na Vara Criminal da Justiça Comum.
- (B) na Vara Criminal da Justiça Federal.
- (C) no Juizado Especial Criminal Estadual.
- (D) no Juizado Especial Criminal Federal.
- (E) no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, face o conflito de jurisdição.

77. A nova legislação processual penal permite que

- (A) as partes façam perguntas diretamente às testemunhas.
- (B) o detector de mentiras (polígrafo) seja usado em todos os inquéritos.
- (C) o réu seja obrigado a dizer a verdade no interrogatório depois da instrução.
- (D) o exame de corpo de delito e outras perícias sejam feitas por um só perito, oficial ou não-oficial.
- (E) se simplifique a quesitação no Júri com a introdução do seguinte quesito: "O jurado condena o acusado?"

78. Na véspera da eleição municipal de 2008, a Dra. Promotora de Justiça de Tapera, acompanhada de policiais militares, determinou o fechamento de um bar que vendia bebidas alcoólicas aos eleitores que, alterados, estavam fazendo badernas e criando um clima de animosidade entre grupos políticos rivais. O dono do estabelecimento, de forma acintosa, praticou o crime de desacato contra a representante do Ministério Público.

Em face do exposto, a denúncia contra o agente deverá ser oferecida

- (A) no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em razão do privilégio de foro.
- (B) na Vara Criminal da comarca de Tapera.
- (C) no Tribunal Regional Federal da 4ª região.
- (D) na Vara Federal com jurisdição na região.
- (E) na Justiça Eleitoral de Tapera.

79. Durante o inquérito policial, o Juiz da 2ª Vara Criminal de Caxias do Sul determinou o sequestro de valores relativos à venda de um bem do investigado. Mais tarde, finalizado, o inquérito policial foi distribuído ao Juiz da 1ª Vara Criminal que, entretanto, não concordando com a sua competência, remeteu-o de volta à origem. O Magistrado da 2ª Vara, então, suscitou o conflito de competência.

Neste caso, o suscitante

- (A) tem razão, porque a fase pré-processual não induz a competência.
- (B) não tem razão, porque houve a prevenção.
- (C) tem razão, porque a urgência da medida cautelar não afeta a posterior livre distribuição dos autos.
- (D) tem razão, porque tanto o Código de Organização Judiciária do Estado, como o Código de Processo Penal, determinam que a distribuição fixará a competência quando na mesma comarca houver mais de um Juiz igualmente competente.
- (E) não tem razão, porque é próprio do sistema processual brasileiro perpetuar a jurisdição a partir da abertura do inquérito policial, em face do princípio constitucional do juiz natural.

80. Otto, além de Magistrado, participa ativamente da vida social e comunitária da sua comarca. Nestas circunstâncias, num processo criminal de tentativa de homicídio incruenta, e sabendo que o conflito entre o agressor Gilmar e a vítima Alaídes não cessava, promoveu um encontro no Fórum para aconselhar a ofendida. Ao saber do ocorrido, indignado, o defensor Altivo, em nome próprio, ingressou com exceção de suspeição.

Em face do exposto, ao julgar o incidente, a Câmara deve

- (A) decidir que o conselho não afeta a jurisdição, tratando-se de mera infração administrativa, a ser examinada pela Corregedoria-Geral de Justiça.
- (B) aceitar a arguição e declarar o Juiz efetivamente suspeito.
- (C) decidir que o acontecido não caracteriza a suspeição e manter o Juiz no feito, sem quaisquer outras providências.
- (D) decidir que a questão deve ser encaminhada ao Pleno do TJE para apreciar a suspeição.
- (E) rejeitar a exceção, considerando-se a ilegitimidade ativa na arguição.

81. Tucidades, praticou em novembro de 2008 o crime de furto qualificado na comarca de Ibirubá. Em razão de ser menor de 21 anos, foi-lhe nomeado um curador. O processo correu célere e ele foi condenado em 02 de março de 2009. O defensor público apelou e, em preliminar, sustentou que foi intimado da audiência de instrução e julgamento, tendo a ela comparecido, mas que o curador não teve ciência do ato processual, o que é causa específica de nulidade processual (art. 564, III, letra "c", do CPP). Nas contrarrazões, o Promotor de Justiça deve sustentar a

- (A) efetiva ocorrência da irregularidade, nulificando a audiência e a sentença.
- (B) efetiva ocorrência da irregularidade, mas que se considera sanada por não ter sido alegada no momento próprio.
- (C) rejeição da prefacial, em face do desaparecimento da figura do curador na espécie.
- (D) a rejeição da prefacial, porque a nulidade não influi na apuração da verdade substancial e nem na decisão da causa.
- (E) a rejeição da prefacial, porque a formalidade só à parte contrária interessa.

82. Leia o relato abaixo.

Hermenegildo, funcionário público estadual, foi indiciado em inquérito policial na comarca de São Sebastião do Caí, pela prática do delito do art. 213, do Código Penal. A denúncia foi apresentada com a mesma capitulação (estupro). No pé da inicial, o Promotor de Justiça requereu a segregação do denunciado por 15 (quinze) dias para aprofundamento da investigação acerca da autoria e da materialidade, ante indícios da existência de provas ainda ocultas. A postulação foi deferida nos termos do pleito.

Considerando-se os dados apresentados, é correto afirmar que se trata de prisão

- (A) temporária, que pode ser decretada a qualquer tempo no nosso sistema processual; portanto, é legal.
- (B) preventiva, mas que não obedeceu aos pressupostos do art. 312 do CPP; portanto, é ilegal.
- (C) administrativa, dada a sua condição de servidor público.
- (D) preventiva, que obedeceu aos pressupostos do art. 312 do CPP; portanto, é legal.
- (E) temporária, mas que só tem previsão durante o inquérito policial; portanto, é ilegal.

83. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

Compete ao *Procurador-Geral de Justiça*, além de outras atribuições,

- (A) nomear os membros do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público e respectivos suplentes.
- (B) submeter ao Colégio de Procuradores de Justiça as propostas de criação e extinção de cargos e serviços auxiliares e de orçamento anual.
- (C) integrar, como membro nato, convocar e presidir as sessões do Colégio de Procuradores, do seu Órgão Especial e do Conselho Superior do Ministério Público com direito a voto nos procedimentos administrativo-disciplinares.
- (D) representar, ao Procurador-Geral da República, sobre crime comum ou de responsabilidade praticado pelo Governador do Estado, por membro do Tribunal de Justiça e por Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.
- (E) expedir recomendações, sem caráter normativo, aos órgãos do Ministério Público, para o desempenho de suas funções.

84. Assinale a alternativa correta.

(A) O Colégio de Procuradores de Justiça é composto por todos os Procuradores de Justiça, competindo-lhe eleger o Corregedor-Geral e o Subcorregedor-Geral do Ministério Público, em votação secreta, assim como os integrantes do Órgão Especial.

(B) Constitui atribuição do Conselho Superior do Ministério Público decidir sobre a homologação da promoção de arquivamento de autos de inquérito civil ou de peças de informação remetidos pelos Órgãos do Ministério Público, podendo emitir recomendações ao Órgão de Execução, para o melhor cumprimento das atribuições do Ministério Público.

(C) A Corregedoria-Geral do Ministério Público é órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, por meio dos Promotores-Corregedores, realizar correições e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça.

(D) São atribuições do Colégio de Procuradores de Justiça, em sua composição plena, opinar sobre anteprojatos de lei de iniciativa do Ministério Público e provocar a apuração da responsabilidade criminal de membro do Ministério Público quando, em processo administrativo-disciplinar, verificar a existência de crime de ação pública.

(E) Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe rever, obrigatoriamente mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público, julgados a menos de um ano.

85. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) Qualquer pessoa ou autoridade poderá reclamar a apuração de responsabilidade de membro do Ministério Público, mediante representação escrita, dirigida à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

(B) O controle externo da atividade policial civil e militar pelo Ministério Público tem como objetivo manter a regularidade e a adequação dos procedimentos empregados na execução da atividade da polícia judiciária, cabendo aos Órgãos do Ministério Público sempre acompanhar a condução da investigação policial civil ou militar.

(C) Constitui prerrogativa do membro do Ministério Público, no exercício de suas funções, gozar de inviolabilidade pelas opiniões que externar ou pelo teor de suas manifestações processuais ou procedimentos, nos limites de sua independência funcional.

(D) É vedado aos membros do Ministério Público receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.

(E) Constituem deveres dos membros do Ministério Público, entre outros, manter ilibada conduta pública e particular, desempenhar com zelo e presteza as suas funções, assistir aos atos judiciais, quando obrigatória ou conveniente a sua presença, e obedecer aos prazos processuais.

86. Considerando que os membros do Ministério Público são passíveis de sanções e penas disciplinares, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A pena de multa, mediante desconto em folha de pagamento e recolhida ao Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público, poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de advertência e censura ao membro do Ministério Público.

(B) Constituem penas disciplinares, sempre motivadas por interesse público, a remoção, a recusa para promoção por antiguidade e a disponibilidade.

(C) Incumbe ao Corregedor-Geral do Ministério Público proceder à aplicação da pena de advertência ao membro do Ministério Público, reservadamente e por escrito, no caso de negligência no exercício da função.

(D) A pena de censura será aplicada em caso de reincidência em falta anteriormente punida com pena de advertência ou por descumprimento de dever legal.

(E) O exercício da advocacia constitui infração punível com demissão, cabendo ao Procurador-Geral de Justiça proceder à exoneração do membro do Ministério Público que a praticar durante o estágio probatório.

87. Assinale a alternativa correta.

- (A) É absoluta, objetiva e solidária a responsabilidade civil pelo fato do produto e do serviço prevista no Código de Defesa do Consumidor.
- (B) Não é automática a chamada inversão do ônus da prova, no Código de Defesa do Consumidor, no processo civil e penal, mas dependente de circunstâncias concretas, cabendo ao juiz apreciar a verossimilhança do que foi alegado e a hipossuficiência do consumidor.
- (C) A pretensão à reparação pelos danos causados pelo fato do produto e do serviço (acidentes de consumo) deve ser exercida no prazo de cinco anos, a contar do conhecimento do dano e de sua autoria, sob pena de prescrição.
- (D) A defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas somente será exercida em juízo quando se tratar de interesses ou direitos coletivos.
- (E) O Código de Defesa do Consumidor equipara a consumidor a coletividade de pessoas que haja intervindo nas relações de consumo, desde que determinadas.

88. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Com base na lei consumerista, os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, com eficácia de título executivo extrajudicial.
- (B) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.
- (C) É certa a legitimidade do Ministério Público para patrocinar ações em defesa de direitos coletivos ou difusos do consumidor.
- (D) Não se insere entre os direitos básicos do consumidor a efetiva prevenção de danos morais.
- (E) O Código de Defesa do Consumidor permite a desconsideração da personalidade jurídica, para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica, buscando alcançar a efetiva reparação do dano causado ao consumidor.

89. Assinale a alternativa correta.

- (A) Na defesa dos idosos, cabe privativamente ao Ministério Público a propositura de ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos.
- (B) As medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que os seus direitos forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, em razão de sua condição pessoal, por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento.
- (C) Constitui infração administrativa prevista no Estatuto do Idoso deixar a entidade de atendimento de oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, sujeitando o infrator à penalidade de multa, se o fato não for caracterizado como crime, e à imediata interdição do estabelecimento.
- (D) Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 65 anos terão prioridade na tramitação de todos os atos e diligências em qualquer instância.
- (E) O Juiz de Direito é a autoridade competente para a aplicação das medidas de proteção ao idoso, tais como o abrigo, o encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade, ou requisição para tratamento de sua saúde.

90. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) Constitui atribuição do Ministério Público, dos Conselhos do Idoso e da Vigilância Sanitária, e outros previstos em lei, a fiscalização das entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao ancião.

(B) No caso de haver sentença condenatória favorável ao idoso, em ação cível fundada em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, está o Ministério Público desde logo legitimado a promover a sua execução, se o autor não o fizer.

(C) Na defesa dos direitos e garantias dos idosos, a obrigação é solidária entre todos os cidadãos e o Poder Público.

(D) No âmbito do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), a atuação do Ministério Público justifica-se nas causas em que houver interesse público ou pessoas idosas em situação de risco.

(E) Para efetivação dos direitos e garantias fundamentais do idoso, em todos os níveis, deve-lhe ser concedida primazia de atendimento.

91. Relativamente aos Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, é correto afirmar:

(A) A divulgação preliminar dos projetos que possam trazer danos ao ambiente não abrange a obrigatoriedade de que pedidos de concessão de renovação de licenciamento sejam publicados no jornal oficial do Estado e em periódico regional ou local de grande circulação.

(B) O Estudo de Impacto Ambiental consiste em um estudo privado efetuado por uma equipe multidisciplinar sob encomenda do proponente do projeto, mediante fiscalização do órgão público ambiental competente.

(C) Toda pessoa física ou jurídica legitimamente interessada é titular do direito à informação ambiental.

(D) As licenças ambientais podem ser instituídas por portaria do IBAMA, pelos órgãos públicos ambientais dos Estados e dos Municípios e pelo CONAMA, independentemente de lei.

(E) Nenhuma das alternativas está correta.

92. À luz da Lei nº 10.257/2001, Estatuto da Cidade, considere as seguintes afirmações no que se refere aos instrumentos para a execução da política urbana:

I – O mau uso do solo urbano autoriza que o Município proceda à aplicação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo no tempo mediante a majoração da alíquota por prazo fixado em lei municipal.

II – A drástica medida da desapropriação com pagamento em títulos, por aproveitamento inadequado do imóvel urbano, está em conformidade com a Constituição Federal.

III – O parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória do solo urbano exigem a notificação do proprietário pelo Poder Executivo Municipal para o cumprimento da obrigação e a respectiva averbação no Cartório de Registro de Imóveis.

IV – Para fins de parcelamento, edificação ou utilização compulsória do solo urbano, é imprescindível a existência de plano diretor e de lei municipal específica para tanto.

Quais estão corretas?

(A) Apenas II, III e IV.

(B) Apenas I, II e III.

(C) Apenas I e IV.

(D) Apenas I e II.

(E) Todas estão corretas

93. Especificamente quanto a um dos mais importantes instrumentos de ordenação do meio ambiente artificial, a usucapião prevista no Estatuto da Cidade, considere as seguintes assertivas:

I – A usucapião especial coletiva destina-se à população de baixa renda.

II – A usucapião especial de imóvel urbano exige a destinação do bem à moradia do possuidor ou de sua família, havendo vedação legal expressa à utilização mista.

III – A usucapião especial de imóvel urbano poderá ser invocada como matéria de defesa, valendo a sentença que a reconhecer como título para registro no cartório de Registro de Imóveis.

IV – Na sentença que declarar a usucapião especial coletiva, o juiz atribuirá igual fração ideal de terreno a cada possuidor, independentemente da dimensão do terreno que cada um ocupe, ressalvada a existência de acordo escrito entre os condôminos, estabelecendo frações ideais diferenciadas.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas I, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Todas estão corretas

94. Quanto ao Provimento nº 28/2004, que institui o Projeto *More Legal III*, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, importante instrumento de concretização de direitos assegurados na Constituição Federal, em especial do direito social fundamental à moradia, do direito à propriedade e da função social da propriedade, considere as seguintes afirmações:

I – Nas comarcas deste Estado, poderá a Autoridade Judiciária competente autorizar ou determinar o registro do parcelamento de imóveis urbanos ou urbanizados em situação consolidada, a indicar a irreversibilidade da posse titulada que induza ao domínio, para cuja aferição serão valorizados quaisquer documentos provenientes do Poder Público, em especial do Município.

II – O Projeto *More Legal III* autoriza a regularização de imóveis urbanizados situados em zona rural, em valorização ao critério da finalidade.

III – Áreas de preservação permanente e legal, unidades de conservação de proteção integral, terras indígenas e outros casos previstos em lei ficam excluídos da regularização de que trata este Provimento.

IV – Áreas de risco podem ser objeto de regularização de que trata o Projeto *More Legal III*, desde que atendidas as exigências legais.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I e IV.
- (E) Todas estão corretas

95. Considere o enunciado abaixo e as cinco propostas para completá-lo:

Constituem equipamentos urbanos integrantes de uma infraestrutura básica mínima exigível dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social, nos termos da legislação que trata do parcelamento do solo urbano:

I - vias de circulação

II - escoamento das águas pluviais

III - rede para o abastecimento de água potável

IV -- soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar

V - iluminação pública

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II, III e IV.
- (C) Apenas I, III, IV e V.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) Todas estão corretas.

96. Considere as seguintes afirmações relativas aos direitos da criança e do adolescente:

I – O limite de idade para adotar, que era de 21 anos, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, foi alterado para o de 18 anos, pelo Novo Código Civil, mantida, no entanto, a vedação expressa pelo Estatuto da adoção por irmãos do adotando, o que se justifica para evitar confusões de parentesco.

II – A criança e o adolescente são titulares do direito fundamental à educação, que inclui, entre outros direitos, atendimento em creche e pré-escola, acesso obrigatório e gratuito ao ensino fundamental e médio e atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, com o fim de se evitar discriminação.

III – No que se refere à prevenção geral de que trata o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, sendo o indivíduo adulto responsável, em grande parte, pelo comportamento adequado ou inadequado da pessoa em desenvolvimento.

IV – A internação consiste em medida sócio-educativa privativa da liberdade de caráter excepcional; a desinternação deve ser, em qualquer hipótese, precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

V – A lei municipal determinará a criação, estrutura e funcionamento do Conselho Tutelar, cujos gastos serão suportados pelo Município, sendo vedada, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a remuneração de seus membros.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e V.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas I, II, III e IV.
- (D) Apenas III, IV e V.
- (E) Todas estão corretas.

97. Em relação ao instituto da remissão, de acordo com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, considere as seguintes afirmações:

I – A remissão doutrinariamente denominada pré-processual atua como causa de exclusão do procedimento judicial para apuração judicial do ato infracional, sendo concedida pelo Ministério Público em manifestação fundamentada, devendo ser homologada pela autoridade judiciária, que, não concordando, deve remeter os autos ao Procurador-Geral de Justiça.

II – A remissão pode eventualmente incluir a aplicação de qualquer das medidas sócio-educativas previstas no Estatuto.

III – A remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou a comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes.

IV – Instaurado o procedimento judicial, a remissão pode ser concedida pela autoridade judiciária para suspender ou extinguir o processo, ouvido o Ministério Público.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas II, III e IV.
- (B) Apenas I, III e IV.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) Todas estão corretas.

98. Nas últimas décadas acentuou-se em todo o mundo a preocupação em assegurar a dignidade e os direitos das pessoas portadoras de deficiência, o que também ocorreu no Brasil, tanto no âmbito constitucional, como no infraconstitucional. A constitucionalização de tais direitos acarretou a edição de diversos Diplomas.

A propósito deste tema, considere as afirmações abaixo:

I – Recentemente, entrou em vigor Decreto Legislativo Federal que aprovou o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Diante do conteúdo da matéria, e tendo sido aprovados na forma do § 3º do art. 5º da Constituição Federal, são equivalentes às emendas constitucionais.

II – No âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, foram editados lei e decreto regulamentador dispondo sobre a reserva de cargos e empregos públicos para pessoas portadoras de deficiência, bem assim os critérios de admissão destas no serviço público estadual.

III – Constitui uma das diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência garantir o efetivo atendimento da pessoa portadora de deficiência, sem o cunho assistencialista.

IV – Lei Federal posterior à Constituição de 1988 determinou expressamente a intervenção obrigatória do Ministério Público nas ações coletivas em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas, excluída a intervenção em ações individuais.

V – A Lei Federal que dá prioridade de atendimento, entre outras, às pessoas portadoras de deficiência, bem como aquela que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, ainda não foram objeto de qualquer regulamentação.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas II e V.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas III e V.
- (E) Todas estão corretas.

99. A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, criminalizou o preconceito em relação às pessoas portadoras de deficiência.

Considere as afirmações abaixo que descrevem condutas manifestamente discriminatórias:

I – Obstar, sem justa causa, o acesso de alguém a qualquer cargo público, por motivos derivados de sua deficiência.

II – Negar, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência, emprego ou trabalho.

III – Recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta.

IV – Recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial, quando possível, à pessoa portadora de deficiência.

Quais delas descrevem infrações de natureza penal?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas IV.
- (E) I, II, III e IV

100. Relativamente aos recursos hídricos, é correto afirmar:

(A) Nos termos de disposições da Constituição Federal que tratam especificamente da propriedade das águas, estas são bens da União ou dos Estados, à exceção das águas superficiais pertencentes a particulares.

(B) A Lei nº 9.433/97 previu a necessidade de licitação para a outorga de uso dos recursos hídricos, a qual configura prestação de serviço público.

(C) A outorga tem valor econômico para quem a recebe, já que oferece garantia de acesso a um bem escasso; nessa medida, a Lei nº 9.433/97 autoriza a alienação parcial das águas.

(D) A Lei nº 9.433/97 autoriza a perfuração de poços para extração de água subterrânea em terras particulares, sem necessidade de outorga pelo Poder Público.

(E) Nenhuma das alternativas está correta.